



EFEITOS DA MEMÓRIA COLONIALISTA: PRÁTICAS DISCURSIVAS DE CONSTITUIÇÃO DE UM IMAGINÁRIO INDÍGENA

Edyson Vaggetti Sebastiany

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (UFFS) e bolsista do CNPq

edyson.sebastiany@estudante.uffs.edu.br

Caroline Mallmann Schneiders

Professora adjunta do curso de Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

caroline.schneiders@uffs.edu.br

1. Introdução

Muito embora o colonialismo, na sua forma jurídica tenha deixado de existir, a memória discursiva colonialista continua a ressoar na produção de sentidos no século XXI, norteador a maneira como os discursos sobre identidades culturais, sociais e políticas são formados e interpretados. Essa memória, que carrega consigo as marcas de um passado de dominação e subjugação, permeia as relações contemporâneas, moldando percepções e atitudes em relação aos povos e culturas historicamente marginalizadas. Através da perpetuação de narrativas que reforçam hierarquias e estereótipos, os sentidos atribuídos a essas identidades são constantemente rearticulados, explicitando como o colonialismo não é apenas uma herança histórica, mas uma condição ativa que continua viva nos processos de subjetivação e nas dinâmicas de poder na sociedade atual.

Essa herança colonialista pode ser percebida, conforme analisa Quijano (2005), a partir da forma como a noção moderna de raça foi historicamente constituída nas Américas. Depois da conquista, identidades como “índio”, “negro” e “mestiço” foram construídas socialmente e associadas a posições-sujeitos subalternas na nova ordem social, enquanto designações como “europeu” ou “branco” passaram a representar superioridade racial, política e cultural. Essa lógica foi expandida com o avanço do eurocentrismo, estabelecendo a raça como um princípio universal de organização da estrutura de poder moderna, inclusive subordinando outras formas de opressão, como a de gênero. Assim, a raça tornou-se o eixo fundamental da colonialidade do poder, operando como tecnologia de dominação global ainda persistente.



Caminhando no sentido dos estudos decoloniais, José Ribamar Bessa Freire (2009) elenca cinco ideias equivocadas que ainda hoje estruturam o imaginário social sobre os povos indígenas, revelando como sentidos cristalizados e estereotipados continuam a circular no discurso. Tais concepções reforçam apagamentos históricos, homogeneizações culturais e exclusões políticas, mostrando a persistência de efeitos da memória discursiva colonialista. Essa construção simbólica não ocorre ao acaso, mas está ligada a processos de designação que, como afirmam Schneiders e Heinzmann (2022), são produzidos em condições históricas, materiais e ideológicas marcadas por relações de poder. Nesse âmbito, emerge a necessidade de investigar como essas formações discursivas operam na constituição da posição-sujeito indígena, especialmente no interior do sistema linguístico do português brasileiro, onde as noções de “índio” e “indígena” circulam de modo metafórico, parafrástico e ideologicamente carregado. Sendo assim, a problemática que emergiu foi: De que forma a memória discursiva colonialista se insere como uma das condições de produção de discurso sobre o imaginário indígena?

Para desenvolvermos esse problema, objetivamos comparar a formulação de notícias produzidas por mídias oficiais do Movimento Indígena com notícias produzidas pelas Mídias Hegemônicas. Com isso, alcançaremos um entendimento sobre a posição-sujeito indígena, que, em partes, representa aquilo que entendemos como imaginário indígena. Assim, para irmos ao encontro desse objetivo geral, três outros objetivos específicos foram propostos:

a) Recuperar, historicamente, a constituição da posição-sujeito Indígena a partir da memória colonialista sobre o indígena/índio, presente em fontes institucionalizadas (Mariani, 1996), a fim de demonstrar a luta de classes que se desenvolve no Brasil (Althusser, 1983);

b) Compreender, discursivamente, como a posição-sujeito Indígena se insere no ciberespaço midiático (Dias, 2004), relacionando às condições materiais de existência das mídias do movimento indígena com as das mídias hegemônicas (Gramsci, 1999);

c) Problematizar a formulação de notícias sobre o evento do Acampamento Terra Livre em abril de 2025, comparando notícias produzidas por mídias oficiais do Movimento Indígena contra notícias produzidas por Mídias Hegemônicas.



O Acampamento Terra Livre (ATL) é a maior mobilização indígena do Brasil e ocorre anualmente em Brasília desde 2004, reunindo lideranças de diferentes etnias e regiões para reivindicar o cumprimento dos direitos constitucionais dos povos originários. Organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o ATL vai além de um evento político: trata-se de um espaço de resistência, articulação e produção simbólica, no qual são debatidos temas como demarcação de terras, saúde indígena, educação diferenciada e proteção ambiental. Ao ocupar o centro do poder, os povos indígenas tornam-se protagonistas na luta por seus direitos, rompendo com estereótipos coloniais e afirmando sua presença ativa na sociedade brasileira.

O estudo se justifica pela urgência em compreender como a memória discursiva colonialista ainda estrutura modos de ver, nomear e representar os povos indígenas no Brasil contemporâneo. Ao investigar os efeitos dessa memória sobre os processos de subjetivação, buscamos contribuir para o avanço teórico da área, estudando sobre como essas subjetividades são constantemente moldadas, resistidas e ressignificadas nos espaços de disputa simbólica — como o próprio ATL — e nos discursos que nele circulam.

2. Metodologia

Nesta pesquisa, orientada pela perspectiva da Análise de Discurso de linha pecheuxtiana, compreendemos que o método não se apresenta como um roteiro fixo, mas como um movimento interpretativo atento às condições de produção dos discursos e à historicidade dos sentidos. A análise parte do princípio de que o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, atravessado por formações ideológicas que posicionam os sujeitos. Assim, o trabalho metodológico se inicia com o levantamento bibliográfico sobre documentos jurídicos e normativos da história brasileira — desde o período colonial até os dias atuais — a fim de compreender como a memória discursiva colonialista construiu a posição-sujeito indígena. Autores como Perrone-Moisés (1992), Almeida (2018), Freire (2009), Cunha (1992) e Dambrós (2019) são mobilizados para evidenciar como a legislação e as políticas indigenistas inscreveram sentidos que ainda condicionam as formas de reconhecimento e representação desses sujeitos na contemporaneidade.



Em seguida, articulamos o conceito de posição-sujeito a partir de Pêcheux, compreendendo que o indígena, enquanto sujeito da linguagem, é interpelado historicamente por discursos que o atravessam e delimitam seus modos de existência e visibilidade. Contudo, ao se apropriar da linguagem, tensionando discursos, o sujeito indígena também reconfigura esses sentidos, mexendo na memória colonial. Essa tensão ganha destaque quando deslocamos o olhar para o espaço midiático, pensado como território simbólico de disputa. Para isso, mobilizamos referenciais decolonial e da teoria crítica, como Quijano, Adorno, Gramsci, Genro Filho, Debord e Cristiane Dias, de modo a compreender os conflitos de classe, poder e representação que atravessam os discursos midiáticos. Por fim, o *corpus* da pesquisa será composto por conteúdos jornalísticos e produções comunicacionais de autoria indígena e não indígena, publicados durante o mês de abril de 2025 — período em que ocorreu o Acampamento Terra Livre —, com o objetivo de analisar como as diferentes formações discursivas atuam na construção dos sentidos sobre os povos originários.

3. Resultados e discussão

Nesse estágio inicial da pesquisa, temos nos dedicado à investigação teórica da constituição da posição-sujeito indígena, compreendendo-a como resultado de processos históricos e discursivos marcados pela colonialidade. Segundo Pêcheux, o sujeito não é uma essência pronta, uma identidade fixa ou algo que exista fora da linguagem. Ao contrário, ele é constituído pelas formações discursivas que o atravessam e o posicionam historicamente. Isso significa que o sujeito é sempre efeito da linguagem, ou seja, ele ocupa uma posição dentro de um conjunto de sentidos já existentes, anteriores a ele. O sujeito não escolhe livremente o que diz ou pensa, pois seu lugar de fala é determinado por condições ideológicas que operam de forma inconsciente, marcadas por relações de poder e por memórias discursivas. Assim, o sujeito é sempre atravessado por aquilo que já foi dito, por discursos que o constituem antes mesmo que ele tome a palavra. Nesse sentido, ao pensarmos a posição-sujeito indígena, é necessário considerar como os sentidos produzidos ao longo da história, especialmente sob a lógica colonial, influenciam e limitam os modos de discursividade sobre ser indígena na sociedade brasileira, os quais, segundo Freire (2009), frequentemente são posicionados como atrasados, primitivos ou fora do tempo histórico.



4. Considerações finais

Dando continuidade à pesquisa, a próxima etapa será voltada à análise do espaço midiático como território simbólico de disputa, com base em referenciais da teoria crítica e decolonial, preparando o caminho para a construção do corpus e a futura análise dos materiais produzidos durante o Acampamento Terra Livre de 2025.

Referências

ALMEIDA, Antonio Cavalcante. *Aspectos das políticas indigenistas no Brasil*. Interações (Campo Grande), [S. l.], v. 19, n. 3, p. 611–626, 2018.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.

DURHAM, Eunice R. O lugar do índio. In: VIDAL, Lux (Org.). *O índio e a cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 11-9.

MARIANI, Bethania. *O Comunismo Imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB(1922-1989)*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1996. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/115379>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995;

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise. HAK, Tony (Orgs.). *Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Orlandi. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores da UNICAMP, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. in: ACHARD, Pierre ...[et al.]. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes, Campinas, SP: Editora Pontes, 1999. p. 49-57.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.115